

AVISO/CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DA MADEIRA 2014-2020 (MADEIRA14-20)

EIXO PRIORITÁRIO 9

Investir em Competências, Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO (PI)

10.c.iii. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas

OBJETIVO ESPECÍFICO

10.c.iii.1 - Elevar o nível de qualificação da população ativa (jovem e adulta), empregada ou desempregada, através de processos de RVCC e da conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação.

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

117. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização dos conhecimentos, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, nomeadamente através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

70. Aprendizagem ao longo da vida

TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO

11.09.54.03. Cursos de Aprendizagem

REGULAMENTO ESPECÍFICO DO MADEIRA 14-20

Portaria n.º 74/2015, de 25 de março

Portaria n.º 82/2015 de 15 de Abril

DATA DE ABERTURA: 9 novembro 2015

DATA DE FECHO: 31 dezembro 2018

AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

PROGRAMA OPERACIONAL MADEIRA 14-20

1. Âmbito e Objetivos do Aviso

A Autoridade de Gestão (AG) do Programa Operacional da Região Autónoma da Madeira 2014-2020 (Madeira 14-20) poderá adotar a modalidade de períodos predefinidos para apresentação de candidaturas, nos termos do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, que consagra as regras gerais de aplicação dos Programas Operacionais (PO) para o período 2014-2020 e nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 73/2015, de 25 de março, que define o regime de acesso aos apoios concedidos pelo Madeira 14-20.

Encontra-se reconhecido no texto do **Eixo Prioritário 9 - Investir em Competências, Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida, Prioridade de Investimento 10.c.iii. Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida**, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas”, a necessidade de aumentar as qualificações do capital humano, preparando-o para os desafios da Estratégia Europa 2020. No domínio das habilitações escolares, a Região é caracterizada por uma população ativa com baixo nível educativo, como também de um elevado nível de abandono escolar precoce e níveis de insucesso escolar (taxas de desistência e de retenção) significativos, a par de fragilidades ao nível do desempenho escolar (competências adquiridas).

No âmbito do objetivo específico estabelecido “Elevar o nível de qualificação da população ativa (jovem e adulta), empregada ou desempregada, através de processos de RVCC e da conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação”, pretende-se atingir os seguintes resultados:

- Melhoria dos níveis de competências básicas dos ativos adultos;
- Elevação do nível de qualificação dos ativos adultos;
- Consolidação e/ ou conclusão de percursos de formação escolar e/ ou de dupla certificação;
- Melhoria de competências técnicas específicas mediante o reforço da participação em ações de Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Aumento do volume de adultos certificados com dupla certificação (por ISCED e nível de qualificação), segundo a modalidade de formação ou via processos RVCC.

2. Beneficiários

Constitui-se como beneficiária da tipologia, nos termos previstos nas alíneas c) do artigo 16º da Portaria nº 82/2015 de 15 de abril, a seguinte entidade:

Direção Regional de Qualificação Profissional.

3. Destinatários:

Têm acesso aos cursos de aprendizagem os jovens com idade inferior a 25 anos que concluíram com aproveitamento o terceiro ciclo do ensino básico ou equivalente e que não detenham uma habilitação escolar de nível secundário ou equivalente, conforme artigo 3º da Portaria n.º 36/2009.

4. Tipologia de Intervenção, de Operação e Ações

A tipologia de Operação e Ações passíveis de apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso/Convite, constam alínea d) n.º1 do artigo 15.º da Portaria n.º 82/2015, de 15 de abril, enquadrando-se na ação prevista no n.º 6 do art. 15 da citada portaria.

Tipologia de Intervenção: 70. Aprendizagem ao longo da vida

Tipologia de Operação: Cursos de Aprendizagem

Ação: cursos conferentes de nível 4 de qualificação do QNQ,

5. Âmbito Geográfico

São elegíveis as operações localizadas na Região Autónoma da Madeira, nos termos do artigo 2.º, da Portaria n.º 82/2015, de 15 de abril

6. Natureza do financiamento

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente Aviso/Convite, reveste a natureza de subvenções não reembolsáveis, nos termos do artigo 25.º da Portaria n.º 82/2015, de 15 de abril.

Neste contexto, os montantes elegíveis obedecem aos limites e regras de elegibilidade definidas na Portaria n.º 74/2015, de 25 de março.

7. Dotação financeira máxima indicativa e taxa máxima de cofinanciamento

A dotação máxima indicativa de Fundo Social Europeu (FSE) afeta ao presente Aviso/Convite é de 1.610.000,00€ (um milhão seiscentos e dez mil euros).

A taxa máxima de cofinanciamento FSE a aplicar às operações a aprovar é de 85% das despesas elegíveis, de acordo com o artigo 4.º da Portaria n.º 82/2015, de 15 de abril, sendo a contribuição pública nacional de 15% suportada pelo beneficiário (cf. nº 3 do artigo 67º do Decreto -Lei nº 137/2014, de 12 de setembro).

8. Período para receção das candidaturas

O período para a receção de candidaturas decorrerá entre o dia 9 de novembro de 2015 e o dia 31 de dezembro de 2018.

9. Elegibilidade das candidaturas e das despesas a cofinanciar

9.1. Critérios de elegibilidade do beneficiário

O beneficiário abrangido pelo presente Aviso/Convite terá que assegurar o cumprimento do disposto no artigo 13.º e que não está sujeito aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º, ambos do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro.

9.2. Critérios de elegibilidade das operações

De acordo com o art.4 da portaria n.º74/2015, de 25 de março, as candidaturas podem ser anuais ou plurianuais, não podendo exceder, neste último caso, a duração máxima de 36 meses.

9.3. Elegibilidade de despesas

A elegibilidade de despesas está definida nos artigos 9.º ao 15.º da Portaria n.º74, de 25 de março

As candidaturas abrangidas por este Aviso/Convite não estão sujeitas ao período inicial de elegibilidade de despesas previsto no nº 1 do artigo 8º da Portaria n.º 74/2015, de 25 de março, de acordo com o artigo 19º do mesmo diploma.

9.4. Modo de apresentação das candidaturas

As candidaturas deverão ser submetidas no Balcão 2020 (<https://balcao.portugal2020.pt>), através do acesso ao Portal Portugal 2020, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e nos termos e condições fixadas no presente Aviso. Para o efeito, o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão do Portugal 2020.

9.5. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá incluir os seguintes documentos:

9.5.1. Documentos Relativos ao Beneficiário

- a) Documentos comprovativos do cumprimento dos critérios de elegibilidade dos beneficiários, estipulados no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal, ou declaração em como a entidade cumpre os critérios constantes do referido artigo 13.º e não incorre em qualquer dos impedimentos e condicionamentos previstos no citado artigo 14.º;
- b) Declaração de início de atividade e/ou respetivas alterações;
- c) Comprovativo da situação regularizada face à Administração Fiscal e Segurança Social ou, em alternativa, autorização para consulta da situação tributária e contributiva do beneficiário, perante a administração fiscal e a segurança social;

- d) Declaração de desistência de candidatura anterior submetida para a mesma operação, caso a candidatura a apresentar tenha sido anteriormente submetida a qualquer outro instrumento de financiamento comunitário e no âmbito do qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável;
- e) Comprovativo do Regime do IVA - documentação relativa ao enquadramento do beneficiário quanto ao regime de IVA a que se encontra sujeito;

9.5.2. Documentos Relativos à Operação

- a) Memória descritiva da Operação que inclua os seguintes aspetos:
 - Enquadramento geral da operação;
 - Enquadramento da Operação no Programa Madeira 14-20;
 - Descrição clara e pormenorizada da operação candidata a cofinanciamento;
 - Custos da operação e calendarização;
- b) Documentos comprovativos das fontes de financiamento do investimento previsto na candidatura, nomeadamente inscrição orçamental que garanta a existência de contrapartida nacional para a realização da operação;
- c) Declaração onde atestem que serão cumpridas as normas em matéria de mercados públicos;
- d) Declaração relativamente ao cumprimento dos normativos comunitários, nacionais e regionais em matéria de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- e) Declaração relativa ao cumprimento das obrigações comunitárias, nacionais e regionais, em matéria de informação e publicidade, especificando as medidas concretas a implementar durante a execução e após a conclusão da operação;

A candidatura deve ainda conter outra informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma.

10. Seleção das Candidaturas

As candidaturas apenas serão selecionadas para cofinanciamento do Madeira 14-20, no âmbito do presente Aviso/Convite, caso obtenham uma classificação final igual ou superior a 50 pontos, apurada de acordo com os critérios de seleção e a metodologia aprovada pelo Comité de Acompanhamento do Madeira 14-20 e caso exista dotação financeira disponível na respetiva Prioridade de Investimento, para cofinanciar a operação.

11. Apuramento do Mérito

11.1. Critérios de Seleção, Parâmetros de Avaliação e Coeficientes de Ponderação

Na avaliação do mérito da operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Madeira 14-20, tendo em conta os parâmetros de avaliação e constantes no *Anexo I* deste Aviso.

11.2. Classificação Final

A Classificação Final da operação é determinada pela soma das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo esta classificada numa escala de 0 a 100.

12. Contratualização de resultados no âmbito da candidatura

12.1 – Contratualização de indicadores de resultado e de realização

Nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, o grau de cumprimento dos resultados acordados no âmbito de uma candidatura releva como critério de determinação do montante de apoio financeiro a conceder na operação em causa e no momento do pagamento do saldo final, bem como fator de ponderação no procedimento de seleção de candidaturas subsequentes dos mesmos beneficiários, independentemente dos fundos e das tipologias das operações.

Nos termos do artigo 18º da Portaria nº 82/2015, de 15 de abril, devem ser contratualizados com os beneficiários, em sede de decisão de aprovação da candidatura, os resultados a atingir no âmbito da operação apoiada.

Em caso de aprovação das candidaturas, serão contratualizados no âmbito deste aviso, em termos de metas a atingir, os seguintes indicadores de resultado e de realização:

Tipo de Indicador	Designação dos indicadores	Unidade de Medida
Resultado	Diplomados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3	>= 75%
Realização	Jovens apoiados nos cursos de aprendizagem de dupla certificação de nível ISCED 3	N.º

12.2 Grau de cumprimento dos indicadores contratualizados

O grau de cumprimento ou incumprimento dos indicadores contratualizados é tido em consideração para efeitos de redução ou revogação do financiamento das candidaturas aprovadas, bem como no processo de avaliação de candidaturas subsequentes do mesmo beneficiário, destacando-se as seguintes regras:

- Por cada ponto percentual de desvio negativo face aos resultados contratualizados, procede-se a uma redução de 0,5 % sobre a despesa total elegível apurada em sede de saldo final, até um máximo de 10%;
- A penalização prevista no ponto anterior não será aplicável quando os resultados a alcançar atinjam 85% dos resultados contratualizados;
- Se o nível de execução for inferior a 25%, face à média dos indicadores contratualizados, a operação é revogada, salvo pedido de revisão pelo beneficiário, aceite pela DRQP, com adequada fundamentação.

13. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

A análise do mérito da operação é da responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM, Autoridade de Gestão do Madeira 14-20

14. Esclarecimentos complementares

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20 pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados. Se, findo este prazo, não forem prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

15. Comunicação da Decisão ao Beneficiário

Regra geral, a decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data limite para a respetiva apresentação, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro.

16. Informações e esclarecimentos

Pedidos de informação ou de esclarecimentos podem ser efetuados através do site do Programa, [Madeira 14 20](#) ou dirigidos para:

Instituto de Desenvolvimento Regional da RAM,
Travessa do Cabido, nº16
9000-715 Funchal
idr.srpf@gov-madeira.pt

Funchal, 9 de novembro de 2015

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20

(Sílvia Costa)

Anexo I - GRELHA DE ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

PARTE A - GRAU DE EFICIÊNCIA PEDAGÓGICA E DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA (22 pontos)		
		PONTUAÇÃO
1. Caracterização do responsável pedagógico - Qualificação pedagógica (Licenciatura e /ou Pós - graduação com componente pedagógica) e experiência de 3 ou mais anos	Cumprir ambos os requisitos	Base
	Cumprir um dos requisitos	Obtida
	Não cumprir os requisitos	
TOTAL		
2. Caracterização do pessoal não docente - percentagem com vínculo à entidade	Elevada ($\geq 50\%$)	Base
	Média ($\geq 30\%$ e 50%)	Obtida
	Baixa ($< 30\%$)	
TOTAL		
3. Caracterização do pessoal docente - percentagem com vínculo à entidade	Elevada ($\geq 50\%$)	Base
	Média ($\geq 30\%$ e 50%)	Obtida
	Baixa ($< 30\%$)	
TOTAL		
4. Atividade na RAM	Muito relevante - quando tenha sede na RAM	Base
	Relevante - quando tenha um polo ou delegação na RAM (1)	Obtida
	Não relevante - sem sede / polo / delegação na RAM	
TOTAL		

(1) Entidades com atividade na RAM há mais de três anos, com instalações abertas ao público e quadro de pessoal regional.

Nota: Nas entidades de natureza pública, nomeadamente as responsáveis pela execução de políticas públicas nos domínios da educação e formação profissional a pontuação nos itens 1 a 4 será sempre a mais elevada.

PARTE B - INDICADORES DE RESULTADO (20 pontos)		
		PONTUAÇÃO
5. Contributo do projeto para os indicadores de resultado da Prioridade de Investimento e do Objetivo Específico	Percentagem de formandos diplomados / certificados no final da ação \geq à meta da PI ou do OE	Base
	Percentagem de formandos diplomados / certificados no final da ação \leq à meta da PI ou do OE	Obtida
	Incumprimento dos resultados acordados em anteriores projetos da entidade no âmbito dos FEEI	
TOTAL		

PARTE C - CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO (58 pontos)		
	PONTUAÇÃO	
6. Complementaridade da formação proposta com a rede de ofertas profissionalizantes na RAM	Base	Obtida
Elevada ($\geq 75\%$ dos cursos propostos são complementares)	15	
Média ($\geq 50\%$ e $< 75\%$ dos cursos propostos são complementares)	10	
Baixa ($< 50\%$ dos cursos propostos são complementares)	5	
TOTAL	15	0
7. Adequação da formação proposta para o reforço da competitividade e produtividade da economia regional (Estudo prospetivo)	Base	Obtida
Elevada ($\geq 75\%$ dos cursos propostos enquadram-se nas áreas da EEI da RAM)	31	
Média ($\geq 50\%$ e $< 75\%$ dos cursos propostos enquadram-se nas áreas da EEI da RAM)	16	
Baixa (≥ 25 e $< 50\%$ dos cursos propostos enquadram-se nas áreas da EEI da RAM)	8	
Muito Baixa (≥ 10 e $< 25\%$ dos cursos propostos enquadram-se nas áreas da EEI da RAM)	-10	
Não Adequada ($< 10\%$ dos cursos propostos enquadram-se nas áreas da EEI da RAM)	-17	
TOTAL	31	0
8. Parcerias - participação em redes de cooperação / projetos de parcerias que concorram para a sustentabilidade e qualidade do projeto (não considerar as relacionadas com o próprio desenvolvimento da formação)	Base	Obtida
Muito relevante (> 3 redes / projetos)	2	
Relevante (entre 1 e 3 redes / projetos)	1	
Não relevante (0)	0	
TOTAL	2	0
9. Instrumentos destinados a assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à formação, nos métodos de recrutamento e seleção	Base	Obtida
Globalmente garantidos	2	
Parcialmente garantidos	1	
Não garantidos	0	
TOTAL	2	0
10. Acompanhamento - O projeto contempla metodologias de acompanhamento durante e após a formação que permitam garantir a concretização dos resultados esperados no final do processo formativo.	Base	Obtida
Durante a realização da formação: Aos formandos	1	
À formação	1	
Após a conclusão da formação: Aos formandos	1	
À formação	1	
TOTAL	4	0
11. Avaliação - O projeto apresenta níveis de avaliação da qualidade e dos resultados da formação (reação; aprendizagem...) adequados aos seus objetivos	Base	Obtida
Da qualidade do processo formativo	1	
Das aprendizagens realizadas pelos formandos	1	
Da transferência das aprendizagens realizadas pelos formandos para o contexto de trabalho	1	
Da melhoria da qualidade do emprego após a formação	1	
TOTAL	4	0
TOTAL DE PONTUAÇÃO	100	0